

RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CLASSE, RAÇA E CURRÍCULO NA LUTA POR UMA ESCOLA TRANSFORMADORA

RACISM IN BRAZILIAN EDUCATION AND HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY: CLASS, RACE, AND CURRICULUM IN THE STRUGGLE FOR A TRANSFORMATIVE SCHOOL

RACISMO EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA: CLASE, RAZA Y CURRÍCULO EN LA LUCHA POR UNA ESCUELA TRANSFORMADORA

Tarciso Pereira da Silva Júnior¹, Marta dos Anjos Queiróz Quaresma², Kelly Lopes de Carvalho dos Santos³, Denisson Seixas Barreto⁴, Roseli Cícera da Silva⁵, Carlos Vinícius Beserra Silva⁶, Cláudia Alessandra Oliveira da Cruz Branco⁷, Alejandra Leite Leal⁸

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6076

Recibido: 07/07/2026 | Aceptado: 09/07/2026 | Publicación en línea: 27/07/2026.

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre racismo na educação brasileira e pedagogia histórico-crítica, problematizando como a escola, inserida nas contradições da sociedade capitalista, pode tanto reproduzir desigualdades raciais quanto constituir mediação necessária para sua superação. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: em que medida a pedagogia histórico-crítica oferece fundamentos teóricos e metodológicos para compreender e enfrentar o racismo institucional na educação brasileira sem reduzir a questão racial a um localismo abstrato nem dissolvê-la em uma leitura genérica de classe? O objetivo geral consiste em discutir as possibilidades de uma abordagem antirracista fundamentada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica. A pesquisa é de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, tomando como referências centrais Marx (1985; 2013; 2017), Saviani (2009; 2011a; 2011b), Almeida (2019), Fernandes (1965; 1972; 2017), Moura (1984; 1988a; 1988b; 1994), Fonte

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil.

E-mail: historiadorpsi2@gmail.com

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: martaqueiroz5966@gmail.com

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: kelly.carvalho@prof.am.gov.br

⁴ Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: profdenisson@outlook.com

⁵ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: roselycicera@gmail.com

⁶ Especialista em Ensino Superior pela Faculdade Unyleya, Ariquemes, Rondônia, Brasil.

E-mail: carlosviniciusbsv@gmail.com

⁷ Especialista em Auditoria em Enfermagem pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: caoc.2014@outlook.com

⁸ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

E-mail: alejandra.all84@gmail.com

(2011), Malanchen (2014), Coelho (2018) e Colares (2011). O procedimento metodológico consistiu na revisão crítica da literatura sobre raça, classe, racismo institucional, legislação educacional antirracista e fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Os resultados indicam que a questão racial não pode ser tratada como apêndice temático do currículo, pois o racismo compõe a formação histórica da sociedade brasileira e participa da produção das desigualdades educacionais. Conclui-se que a pedagogia histórico-crítica, quando articulada à crítica do racismo estrutural, permite sustentar uma proposta pedagógica que preserve a centralidade do conhecimento elaborado, da universalidade concreta e da luta coletiva da classe trabalhadora, sem invisibilizar as determinações específicas que atingem negros, indígenas e demais grupos racializados.

Palavras-chave: Racismo. Educação Brasileira. Pedagogia Histórico-Crítica. Currículo. Materialismo Histórico-Dialético.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between racism in Brazilian education and historical-critical pedagogy, discussing how schooling, embedded in the contradictions of capitalist society, may both reproduce racial inequalities and become a necessary mediation for overcoming them. The research question is: to what extent does historical-critical pedagogy provide theoretical and methodological foundations to understand and confront institutional racism in Brazilian education without reducing the racial issue to an abstract localism or dissolving it into a generic reading of class? The general objective is to discuss the possibilities of an anti-racist approach grounded in historical-dialectical materialism and historical-critical pedagogy. This is a basic, qualitative and bibliographical study, based mainly on Marx (1985. 2013. 2017), Saviani (2009. 2011a.2011b), Almeida (2019), Fernandes (1965. 1972. 2017), Moura (1984. 1988a. 1988b. 1994), Fonte (2011), Malanchen (2014), Coelho (2018) and Colares (2011). The methodological procedure consisted of a critical literature review on race, class, institutional racism, anti-racist educational legislation and the foundations of historical-critical pedagogy. The results indicate that the racial issue cannot be treated as a merely accessory theme in the curriculum, since racism is part of the historical formation of Brazilian society and contributes to the production of educational inequalities. The article concludes that historical-critical pedagogy, when articulated with the critique of structural racism, supports a pedagogical proposal that preserves the centrality of systematized knowledge, concrete universality and the collective struggle of the working class, without making invisible the specific determinations affecting Black, Indigenous and other racialized groups.

Keywords: Racism. Brazilian Education. Historical-Critical Pedagogy. Curriculum. Historical-Dialectical Materialism.

RESUMEN

Este artículo analiza la relación entre el racismo en la educación brasileña y la pedagogía histórico-crítica, problematizando cómo la escuela, inserta en las contradicciones de la sociedad capitalista, puede tanto reproducir desigualdades raciales como constituir una mediación necesaria para su superación. Se parte del siguiente problema de investigación: ¿en qué medida la pedagogía histórico-crítica ofrece fundamentos teóricos y metodológicos para comprender y enfrentar el racismo institucional en la educación brasileña sin reducir la cuestión racial a un

localismo abstracto ni disolverla en una lectura genérica de clase? El objetivo general consiste en discutir las posibilidades de un enfoque antirracista fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico y en la pedagogía histórico-crítica. La investigación es de naturaleza básica, con enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, tomando como referencias centrales a Marx (1985. 2013. 2017), Saviani (2009. 2011a.2011b), Almeida (2019), Fernandes (1965. 1972. 2017), Moura (1984. 1988a. 1988b. 1994), Fonte (2011), Malanchen (2014), Coelho (2018) y Colares (2011). El procedimiento metodológico consistió en una revisión crítica de la literatura sobre raza, clase, racismo institucional, legislación educativa antirracista y fundamentos de la pedagogía histórico-crítica. Los resultados indican que la cuestión racial no puede ser tratada como un tema accesorio del currículo, pues el racismo compone la formación histórica de la sociedad brasileña y participa en la producción de desigualdades educativas. Se concluye que la pedagogía histórico-crítica, articulada a la crítica del racismo estructural, permite sostener una propuesta pedagógica que preserve la centralidad del conocimiento elaborado, la universalidad concreta y la lucha colectiva de la clase trabajadora, sin invisibilizar las determinaciones específicas que afectan a negros, indígenas y otros grupos racializados.

Palabras clave: Racismo. Educación Brasileña. Pedagogía Histórico-Crítica. Currículo. Materialismo Histórico-Dialéctico.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, historicamente constituída no interior de uma sociedade escravocrata, colonial, patriarcal e capitalista, não pode ser compreendida sem a análise das determinações raciais que estruturaram a formação social do país. O racismo não é um desvio moral episódico, nem simples permanência cultural de preconceitos individuais, mas uma forma social de produção de desigualdades, de organização do trabalho, de hierarquização de sujeitos e de distribuição desigual do acesso aos bens materiais e simbólicos. A escola, como instituição situada nessa totalidade social, participa das contradições que caracterizam a sociedade brasileira: ao mesmo tempo em que pode reproduzir estereótipos, silenciamentos e desigualdades, também pode se tornar espaço estratégico de apropriação do conhecimento elaborado e de formação crítica da classe trabalhadora.

O objeto de pesquisa deste artigo é a relação entre racismo na educação brasileira e pedagogia histórico-crítica, com ênfase na necessidade de articular classe, raça e currículo em uma perspectiva transformadora. O problema de pesquisa consiste em indagar em que medida a pedagogia histórico-crítica oferece fundamentos teóricos e metodológicos para compreender e

enfrentar o racismo institucional na educação brasileira sem reduzir a questão racial a uma particularidade isolada e sem diluí-la em uma noção abstrata de classe social. A questão é decisiva porque parte das leituras educacionais antirracistas tende a abandonar a centralidade da luta de classes, enquanto parte das leituras classistas tende a tratar o racismo como elemento secundário, o que compromete a compreensão concreta da sociedade brasileira.

O objetivo geral é discutir as possibilidades de uma abordagem antirracista fundamentada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia histórico-crítica. Como objetivos específicos, busca-se: apresentar a questão racial como dimensão constitutiva da formação social brasileira; analisar expressões do racismo institucional na educação; examinar a contribuição da pedagogia histórico-crítica para a crítica do relativismo, do multiculturalismo liberal e das leituras fragmentárias da luta social; e defender a necessidade de um currículo que trate o racismo como conteúdo essencial à formação humana, sem abdicar da centralidade do conhecimento científico, artístico e filosófico.

A justificativa do estudo reside na permanência das desigualdades raciais no sistema educacional, mesmo após importantes marcos normativos, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e a Lei n. 11.645 (Brasil, 2008). Tais marcos produziram avanços jurídicos, políticos e pedagógicos, porém sua implementação permanece atravessada por resistências, superficialidades e práticas curriculares que frequentemente reduzem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena a eventos pontuais, datas comemorativas ou conteúdos periféricos. Para uma educação transformadora, a questão racial deve ser incorporada como mediação central de análise da sociedade brasileira e das desigualdades escolares.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, orientada pelo materialismo histórico-dialético. A investigação toma como procedimento a revisão crítica de obras e estudos que discutem racismo estrutural, questão racial, educação brasileira e pedagogia histórico-crítica. A análise foi organizada em três movimentos: primeiro, a discussão da questão racial na perspectiva marxista; segundo, a análise do racismo institucional na educação brasileira; terceiro, a problematização da pedagogia histórico-crítica como possibilidade de prática pedagógica transformadora diante das desigualdades raciais e de classe.

Os resultados indicam que a pedagogia histórico-crítica não deve ser compreendida como teoria indiferente à questão racial. Ao contrário, quando pensada em sua vinculação ao

materialismo histórico-dialético, ela permite compreender o racismo como determinação histórica concreta da sociedade de classes no Brasil. Conclui-se que o enfrentamento do racismo na educação exige mais do que reconhecimento identitário ou inclusão formal de conteúdos: requer currículo crítico, formação docente sólida, apropriação dos conhecimentos clássicos e científicos e organização coletiva voltada à superação das formas sociais que produzem simultaneamente exploração econômica e opressão racial.

RACISMO, EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Esta seção desenvolve a análise do artigo em três dimensões articuladas. Inicialmente, apresenta-se a questão racial na perspectiva do materialismo histórico-dialético, demonstrando que a crítica marxista ao capitalismo não é incompatível com a crítica do racismo, desde que a raça seja compreendida como determinação histórica da sociabilidade capitalista. Em seguida, discute-se o racismo institucional na educação brasileira, enfatizando seus efeitos no currículo, na legislação, no acesso à escolarização e na produção de desigualdades. Por fim, examina-se a pedagogia histórico-crítica como prática transformadora, destacando sua defesa da universalidade concreta, do conhecimento elaborado e da luta coletiva contra as formas de exploração e opressão.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste estudo articula três eixos conceituais: racismo estrutural e institucional; materialismo histórico-dialético; e pedagogia histórico-crítica. O primeiro eixo permite compreender o racismo como modo de organização das relações sociais e institucionais, e não apenas como preconceito individual. O segundo eixo situa a questão racial na totalidade das relações de produção, evidenciando que raça e classe não são categorias concorrentes, mas mediações históricas que se interpenetram na formação social brasileira. O terceiro eixo, representado pela pedagogia histórico-crítica, oferece fundamentos para pensar uma prática educativa transformadora, voltada à apropriação do saber sistematizado e à formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a sociedade.

A noção de racismo estrutural, conforme desenvolvida por Almeida (2019), é indispensável para superar interpretações moralistas ou individualizantes do fenômeno racial. O racismo, nessa perspectiva, não se restringe a atos intencionais de discriminação, mas atravessa

instituições, práticas, normas, currículos, relações de trabalho e formas de subjetivação. Isso significa que a escola pode reproduzir o racismo mesmo quando declara formalmente compromisso com a igualdade. A ausência de conteúdos antirracistas, o tratamento estereotipado da população negra e indígena, a invisibilidade de intelectuais negros, a naturalização do fracasso escolar de estudantes racializados e a baixa expectativa sobre suas capacidades constituem formas institucionais de reprodução racial.

A leitura marxista da questão racial exige reconhecer que o capitalismo não apenas incorporou formas anteriores de dominação, mas também reorganizou a racialização como instrumento de exploração, expropriação e divisão da classe trabalhadora. A escravidão moderna, o colonialismo e a acumulação primitiva não são fatos exteriores à formação do capitalismo; são momentos constitutivos da expansão capitalista mundial. Em *O capital*, Marx (2013) demonstra que a conquista colonial, o saque, o extermínio e a escravização integram a gênese histórica da acumulação capitalista. Desse modo, raça e capitalismo não podem ser analisados como fenômenos paralelos: a racialização da força de trabalho foi decisiva para a constituição do mundo moderno.

Autores como Fernandes (1965; 1972; 2017) e Moura (1984; 1988a; 1988b; 1994) são fundamentais para compreender a especificidade brasileira. Fernandes demonstra que a abolição não produziu integração real da população negra à sociedade de classes, mas a lançou em condições profundamente desiguais de competição social. Moura, por sua vez, analisa o negro como sujeito histórico de resistência, enfatizando a centralidade dos quilombos, rebeliões e formas coletivas de luta contra a ordem escravista. Tais contribuições permitem romper com a ideia de passividade da população negra e evidenciam que a questão racial brasileira é inseparável da luta de classes e das formas históricas de resistência popular.

A pedagogia histórico-crítica, formulada por Saviani (2009; 2011a), parte da compreensão de que a educação escolar deve garantir às novas gerações o acesso ao conhecimento elaborado historicamente pela humanidade. Ao contrário das pedagogias espontaneístas, relativistas ou adaptativas, essa perspectiva entende que a escola tem função específica: socializar o saber sistematizado, científico, filosófico e artístico. Essa defesa da centralidade do conhecimento não se opõe ao enfrentamento do racismo; pelo contrário, fornece condições para que o racismo seja compreendido em sua historicidade, em suas bases econômicas, políticas e ideológicas e em suas manifestações escolares.

A contribuição de Fonte (2011) e Malanchen (2014) é relevante para evitar leituras que

confundam crítica ao relativismo cultural com negação da diversidade. A pedagogia histórico-crítica não precisa abandonar a luta contra o preconceito étnico, contra a discriminação racial e contra as opressões específicas para preservar sua perspectiva universal. O problema reside em transformar a diferença em fragmentação política e curricular, desarticulando as lutas particulares da totalidade social que as produz. A universalidade defendida pela pedagogia histórico-crítica não é a universalidade abstrata da cultura dominante, mas a universalidade concreta da emancipação humana, que exige reconhecer as particularidades históricas da opressão racial.

A Questão Racial na Perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético

A crítica de que o marxismo seria incapaz de discutir a questão racial precisa ser examinada historicamente. É verdade que parte da tradição marxista, sobretudo quando apropriada por sujeitos e instituições marcadas pela branquitude acadêmica e política, minimizou a especificidade do racismo. Contudo, essa limitação não decorre necessariamente do método marxista, mas de interpretações reducionistas que empobreceram a totalidade dialética. O materialismo histórico-dialético permite compreender que as formas de opressão não existem isoladamente, mas se articulam ao modo como a sociedade produz e reproduz a vida. Nesse sentido, o racismo deve ser analisado como relação social historicamente determinada, vinculada à exploração econômica, à dominação política e à produção ideológica.

Marx e Engels (1977), ao analisarem a produção da vida social, indicam que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Essa afirmação é decisiva para compreender a construção ideológica da raça. O racismo moderno não emerge como simples erro científico ou preconceito subjetivo, mas como forma de justificar processos materiais de escravização, colonização, expropriação e superexploração do trabalho. As teorias raciais, a eugenia, o embranquecimento e o mito da democracia racial compõem o repertório ideológico por meio do qual a sociedade burguesa justificou desigualdades e naturalizou privilégios.

A escravidão moderna, em especial a escravização africana nas Américas, foi determinante para a constituição do capitalismo. Marx (2013) assinala que a transformação da África em campo de caça comercial de pessoas negras integra a aurora da produção capitalista. Essa formulação permite compreender que o racismo não é posterior ao capitalismo, mas se desenvolve em conexão com a expansão colonial e com a necessidade de produzir hierarquias entre trabalhadores. A raça opera, assim, como tecnologia social de divisão, de rebaixamento

salarial, de intensificação da exploração e de legitimação de desigualdades.

No Brasil, a abolição tardia da escravidão e a ausência de políticas efetivas de integração social da população negra produziram uma sociedade formalmente livre, mas materialmente marcada por profundas desigualdades raciais. Fernandes (1965) demonstra que a passagem da ordem escravocrata para a sociedade de classes não eliminou os mecanismos de exclusão racial; apenas os reorganizou sob novas formas. O negro foi incorporado à ordem competitiva em posição desigual, sem acesso proporcional à terra, à escolarização, ao emprego qualificado e aos direitos sociais. Essa condição histórica explica a permanência de indicadores educacionais desiguais e a reprodução do racismo institucional.

A obra de Moura (1988a; 1994) amplia essa compreensão ao destacar que a população negra não foi apenas objeto da exploração, mas sujeito ativo de resistência. Quilombos, insurreições, fugas, rebeliões e formas de organização comunitária revelam que a história do negro no Brasil não pode ser reduzida ao sofrimento. Para uma educação antirracista fundamentada na pedagogia histórico-crítica, essa dimensão é essencial: o currículo precisa superar a abordagem vitimista e folclorizada da população negra, apresentando-a como produtora de história, cultura, ciência, política e resistência.

Davis (2016; 2017), Cabral (1974) e Fanon (1968; 1980; 2008) também oferecem contribuições decisivas para uma leitura marxista ampliada da questão racial. Davis articula raça, classe e gênero na análise do capitalismo estadunidense; Cabral interpreta a luta anticolonial como processo político e cultural de libertação; Fanon demonstra os efeitos subjetivos, sociais e políticos do colonialismo e do racismo. Esses autores indicam que a emancipação não pode limitar-se à igualdade formal, pois exige transformação das estruturas que produzem inferiorização, alienação e violência racial.

Dessa forma, a perspectiva materialista histórico-dialética não elimina a questão racial; ao contrário, permite situá-la em sua concretude. O racismo não é explicado apenas pela economia, mas também não pode ser compreendido fora das relações econômicas, políticas e ideológicas que organizam a sociedade. A categoria totalidade é fundamental: ela impede tanto a fragmentação identitária quanto o economicismo vulgar. A análise concreta exige compreender como raça e classe se combinam na produção das desigualdades brasileiras, inclusive no campo educacional.

Racismo Institucional na Educação Brasileira

A educação brasileira foi historicamente construída em bases excludentes. Durante o período colonial, a ação educativa esteve vinculada à catequese, à dominação cultural e à organização da exploração. Na Amazônia, como observa Colares (2011), a educação colonial voltada às populações indígenas esteve associada à imposição cultural e à reorganização da vida social segundo os interesses da colonização portuguesa. A escola, nesse contexto, não nasceu como espaço universal de emancipação, mas como instrumento de adequação de corpos, línguas, crenças e formas de vida às exigências do projeto colonial.

No Império, a promessa formal de instrução primária gratuita não alcançava igualmente todos os grupos sociais. A população escravizada, a população negra liberta e os povos indígenas foram sistematicamente afastados das condições reais de acesso à educação. A cidadania, definida sob parâmetros restritivos, não se estendia plenamente à maioria da população. Assim, a exclusão educacional não foi acidente administrativo, mas parte da estrutura de uma sociedade escravocrata que precisava manter a população negra e indígena em posição de subalternidade.

Com a República, a abolição formal da escravidão não foi acompanhada de reparação histórica, reforma agrária, universalização efetiva da escolarização ou políticas estruturais de integração da população negra. A interdição do voto aos analfabetos, a marginalização da população negra no mercado de trabalho e a política de incentivo à imigração europeia compuseram uma estratégia de reorganização racial da sociedade brasileira. A escola republicana, embora apresentada como símbolo de modernização, manteve mecanismos de exclusão e assimilação que dificultaram o acesso dos negros ao conhecimento sistematizado.

No século XX, o racismo educacional assumiu novas formas. O ideário eugênico, presente em setores do pensamento social e em políticas educacionais, expressou a tentativa de organizar a nação segundo padrões raciais hierarquizados. A educação foi mobilizada, muitas vezes, como instrumento de branqueamento cultural e disciplinamento social. Mesmo quando a legislação passou a condenar preconceitos de raça e classe, tal condenação conviveu com o mito da democracia racial, que negava a existência do racismo e deslocava as desigualdades para explicações individuais ou culturais.

A Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e a Lei n. 11.645 (Brasil, 2008) representaram avanços importantes ao tornarem obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Contudo, como discutem Coelho e Coelho (2018), a efetividade dessas normas depende

da formação docente, das condições institucionais, da produção de material didático adequado e da incorporação real desses conteúdos aos currículos. A simples previsão legal não transforma automaticamente a prática pedagógica. O racismo institucional pode operar justamente na distância entre a norma e sua concretização.

O currículo escolar expressa disputas de poder. Aquilo que se ensina, aquilo que se silencia, os autores considerados clássicos, os sujeitos históricos apresentados como protagonistas e os conhecimentos legitimados pela escola compõem uma política cultural. Quando a história negra aparece apenas vinculada à escravidão, quando a África é tratada como território homogêneo e atrasado, quando intelectuais negros são ausentes das leituras escolares, quando indígenas aparecem congelados no passado, o currículo reproduz uma visão racializada e hierárquica do mundo.

O racismo institucional também se manifesta nas relações pedagógicas cotidianas. Expectativas mais baixas sobre estudantes negros, punições mais frequentes, menor reconhecimento de suas capacidades, naturalização do fracasso escolar, invisibilidade de suas trajetórias e discriminação estética ou linguística compõem formas de violência simbólica e material. A escola pode afirmar igualdade em seu discurso e, simultaneamente, produzir desigualdade em suas práticas. Por isso, uma educação antirracista exige mais do que conteúdos: exige transformação da cultura institucional.

A análise do racismo na educação deve evitar duas reduções. A primeira é a redução culturalista, que interpreta o racismo apenas como falta de respeito à diversidade, sem enfrentar suas raízes materiais. A segunda é a redução economicista, que dissolve o racismo na pobreza, ignorando que estudantes negros e indígenas experimentam formas específicas de discriminação. A pedagogia histórico-crítica pode contribuir para superar ambas, pois permite compreender a escola como mediação entre as determinações sociais e a formação dos indivíduos.

Pedagogia Histórico-Crítica e Crítica ao Relativismo Cultural

A pedagogia histórico-crítica surge como teoria pedagógica comprometida com a transformação social e com a defesa da escola pública como espaço de socialização do conhecimento elaborado. Saviani (2011a) argumenta que a especificidade da educação escolar consiste em possibilitar às novas gerações o acesso às formas mais desenvolvidas de conhecimento produzidas historicamente. Essa concepção é decisiva para o debate racial, pois a

exclusão da população negra e indígena do acesso ao conhecimento sistematizado foi um dos principais mecanismos de reprodução da desigualdade brasileira.

Uma perspectiva antirracista coerente com a pedagogia histórico-crítica não pode defender um currículo empobrecido, adaptado à precariedade ou restrito às experiências imediatas dos estudantes. Ao contrário, deve lutar para que estudantes negros, indígenas e trabalhadores tenham pleno acesso à ciência, à filosofia, à arte, à literatura, à história crítica e aos conhecimentos necessários para compreender e transformar a realidade. A escola democrática não é aquela que renuncia ao conhecimento clássico, mas aquela que universaliza o acesso a ele de forma crítica, contextualizada e socialmente referenciada.

A crítica ao relativismo cultural não significa negação da diversidade. Fonte (2011) observa que a defesa da multiplicidade cultural não pode ser monopolizada por correntes multiculturalistas ou pós-modernas. É possível e necessário lutar contra o preconceito étnico, a discriminação racial, a opressão contra indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas com deficiência e demais grupos historicamente oprimidos sem abandonar a análise da totalidade social. O problema não está em reconhecer particularidades, mas em separá-las da estrutura que as produz.

O multiculturalismo liberal, quando desvinculado da crítica à sociedade de classes, tende a transformar a diversidade em objeto de celebração simbólica, sem enfrentar as condições materiais da desigualdade. A presença de conteúdos sobre cultura negra ou indígena no currículo pode se tornar superficial se não vier acompanhada de análise histórica, econômica e política. A pedagogia histórico-crítica exige que o conteúdo seja tratado em sua profundidade, articulando singularidade, particularidade e universalidade. A cultura negra, por exemplo, não deve ser reduzida à culinária, à dança ou à festividade, mas analisada como produção histórica, intelectual, estética, política e científica.

Saviani (2011b), ao discutir movimentos sociais, chama atenção para a necessidade de unificar lutas sem apagar sujeitos concretos. Negros, indígenas, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres e professores possuem demandas específicas, mas estão submetidos a uma ordem social fundada na exploração. A tarefa política é articular as lutas particulares em um projeto de emancipação humana. Para o currículo, isso significa evitar tanto a fragmentação temática quanto a universalidade abstrata. O ensino deve mostrar como as opressões específicas se articulam à totalidade capitalista e como os grupos oprimidos participaram historicamente da luta social.

Malanchen (2014) aprofunda essa discussão ao criticar políticas curriculares que, sob a

aparência de valorização da diversidade, podem abandonar a centralidade do conhecimento objetivo. Um currículo transformador não pode limitar-se ao reconhecimento das identidades; precisa garantir a apropriação crítica dos saberes que permitem compreender a produção histórica das identidades e das desigualdades. A luta antirracista na escola, portanto, deve ser também luta por currículo sólido, formação docente rigorosa e condições materiais de ensino.

A pedagogia histórico-crítica, nesse sentido, não deve tratar a questão racial como conteúdo ornamental, mas como tema estruturante de uma educação voltada à compreensão da sociedade brasileira. Isso implica estudar a escravidão, o colonialismo, a resistência negra e indígena, a formação da classe trabalhadora, a legislação educacional, o racismo científico, a eugenia, o mito da democracia racial, o movimento negro, as ações afirmativas e as contribuições intelectuais de autores negros e indígenas. Tais conteúdos devem estar articulados ao ensino de história, sociologia, filosofia, literatura, geografia, artes, ciências e demais áreas do conhecimento.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza básica, pois busca aprofundar fundamentos teóricos e contribuir para o debate acadêmico sobre racismo, educação brasileira e pedagogia histórico-crítica. Quanto à abordagem, é qualitativa, uma vez que não pretende mensurar quantitativamente o fenômeno, mas interpretar criticamente categorias, conceitos e relações históricas. Quanto aos objetivos, é exploratória e explicativa: exploratória porque organiza um campo teórico de discussão; explicativa porque busca compreender como o racismo se articula à formação social brasileira e à educação escolar. Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica, construída a partir de obras clássicas e contemporâneas sobre materialismo histórico-dialético, questão racial, educação e currículo.

A escolha metodológica pelo materialismo histórico-dialético decorre da necessidade de analisar o racismo e a educação como fenômenos inseridos na totalidade social. A perspectiva dialética permite compreender as contradições entre igualdade formal e desigualdade real, legislação antirracista e permanência do racismo institucional, universalização escolar e exclusão material, reconhecimento da diversidade e apropriação desigual do conhecimento. Essa abordagem não considera as categorias raça e classe de modo mecânico, mas em sua relação histórica concreta.

O corpus teórico foi organizado em três blocos. O primeiro reúne referências sobre marxismo, colonialismo e questão racial, com destaque para Marx, Engels, Fernandes, Moura, Davis, Cabral e Fanon. O segundo bloco reúne referências sobre racismo estrutural, educação brasileira e legislação antirracista, com destaque para Almeida, Coelho e Coelho, Colares e normas educacionais brasileiras. O terceiro bloco reúne autores vinculados à pedagogia histórico-crítica e ao debate curricular, especialmente Saviani, Fonte e Malanchen.

A análise foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, realizou-se a discussão da questão racial na perspectiva do materialismo histórico-dialético, destacando a crítica ao colonialismo, à escravidão moderna e à formação racial da classe trabalhadora brasileira. Na segunda, examinou-se o racismo institucional na educação, observando a formação histórica da escola brasileira, a legislação educacional e os limites da implementação curricular antirracista. Na terceira, analisou-se a pedagogia histórico-crítica como fundamento para uma prática pedagógica transformadora, capaz de articular luta antirracista, conhecimento elaborado e emancipação humana.

Como critério analítico, adotou-se a busca por mediações entre universalidade e particularidade. Isso significa que a questão racial não foi analisada como realidade isolada da luta de classes, mas também não foi reduzida a ela. O procedimento interpretativo consistiu em identificar como as determinações econômicas, políticas, jurídicas, educacionais e ideológicas se articulam na reprodução do racismo e como a escola pode intervir criticamente nesse processo.

Resultados e Discussão

A análise realizada permite afirmar que o racismo na educação brasileira não é um fenômeno marginal, mas constitutivo da história escolar do país. A escola brasileira se desenvolveu em uma sociedade que excluiu juridicamente, economicamente e culturalmente negros e indígenas de sua cidadania plena. Por isso, a democratização da educação não pode ser avaliada apenas pela ampliação formal do acesso à escola; deve ser examinada também pela permanência de desigualdades raciais no currículo, na permanência escolar, nas expectativas pedagógicas e na representação dos sujeitos históricos.

O primeiro resultado teórico do estudo é a necessidade de superar a falsa oposição entre marxismo e questão racial. A tradição marxista, quando compreendida em sua profundidade, oferece instrumentos potentes para analisar a racialização como forma histórica de dominação. O

racismo operou e continua operando como mecanismo de divisão da classe trabalhadora, como justificativa para superexploração e como tecnologia ideológica de naturalização das desigualdades. Assim, a análise de classe não enfraquece a crítica racial quando realizada dialeticamente; pelo contrário, permite situá-la nas relações sociais concretas.

O segundo resultado é a constatação de que a legislação antirracista, embora necessária, é insuficiente sem transformação curricular e institucional. A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena representa conquista histórica, mas sua efetivação depende de formação docente, revisão dos materiais didáticos, reorganização dos projetos pedagógicos e enfrentamento do racismo institucional. A escola pode cumprir formalmente a lei e, ainda assim, reproduzir práticas racistas se tratar esses conteúdos de modo superficial.

O terceiro resultado diz respeito à contribuição específica da pedagogia histórico-crítica. Essa teoria pedagógica oferece uma alternativa às abordagens que reduzem a educação antirracista à celebração da diversidade ou à sensibilização moral. Embora o reconhecimento e a valorização cultural sejam importantes, eles não bastam. A pedagogia histórico-crítica exige que o estudante compreenda as determinações históricas do racismo, as bases econômicas da escravidão, o papel do colonialismo na formação do capitalismo, a luta negra e indígena como práxis histórica e os limites das formas liberais de igualdade.

Nesse ponto, é fundamental compreender a noção de universalidade concreta. A defesa do conhecimento universal não significa imposição acrítica da cultura eurocêntrica dominante. Significa garantir aos filhos da classe trabalhadora o acesso aos conhecimentos mais desenvolvidos, incluindo a crítica ao eurocentrismo, ao colonialismo, ao racismo científico e às formas burguesas de dominação. A universalidade concreta incorpora as lutas particulares como mediações da emancipação humana, e não como fragmentos isolados. A questão racial deve ocupar lugar estruturante no currículo escolar porque ela atravessa a formação do Brasil. Não se trata de acrescentar um tópico sobre racismo a um currículo previamente definido, mas de reinterpretar criticamente a própria história nacional, a literatura, a geografia, a sociologia, a filosofia, a economia, as artes e as ciências à luz das relações raciais. A escravidão, o colonialismo, a resistência negra, os quilombos, o movimento abolicionista, as lutas indígenas, o racismo científico, a eugenia e as ações afirmativas são conteúdos indispensáveis à compreensão da sociedade brasileira.

O debate sobre currículo exige ainda enfrentar a formação docente. Muitos professores

não tiveram, em sua própria formação inicial, contato sistemático com autores negros, africanos, indígenas ou com a história das relações raciais. Isso produz insegurança pedagógica, superficialidade e reprodução de estereótipos. Uma proposta orientada pela pedagogia histórico-crítica deve defender formação docente rigorosa, com fundamentos históricos, sociológicos, filosóficos e didáticos. O enfrentamento do racismo não pode depender apenas da boa vontade individual; deve ser incorporado à política institucional de formação.

A escola também precisa superar a lógica comemorativa. Datas como 13 de maio, 20 de novembro ou o Dia dos Povos Indígenas podem ser importantes, mas não substituem o trabalho curricular contínuo. A abordagem episódica tende a transformar a questão racial em evento, quando deveria ser conteúdo estruturante. A pedagogia histórico-crítica ajuda a recolocar o problema em outra perspectiva: o ensino deve partir da prática social, problematizar a realidade, instrumentalizar teoricamente os estudantes, possibilitar catarse e retornar à prática social em nível mais elaborado.

A partir desse movimento, o racismo deixa de ser tratado apenas como atitude individual condenável e passa a ser compreendido como relação social. Os estudantes podem entender por que a população negra foi historicamente concentrada nas piores condições de moradia, trabalho e escolarização; por que a população indígena foi submetida a políticas de expropriação territorial e assimilação cultural; por que o mito da democracia racial funciona como ideologia; e por que a igualdade jurídica não elimina desigualdades históricas. Essa compreensão é condição para uma formação crítica e transformadora.

Entretanto, é necessário reconhecer uma tensão interna ao campo progressista. Parte das abordagens antirracistas contemporâneas tende a deslocar a luta para o plano exclusivamente simbólico, valorizando representatividade sem questionar as bases materiais da desigualdade. Outra parte, em nome da crítica ao identitarismo, desconsidera a experiência concreta do racismo. A pedagogia histórico-crítica pode contribuir para superar essa polarização, pois permite afirmar simultaneamente a centralidade da luta de classes e a especificidade da opressão racial.

O combate ao racismo na educação exige, portanto, uma prática pedagógica que una conteúdo, método e finalidade política. O conteúdo deve incluir a história e a crítica das relações raciais. O método deve possibilitar a apropriação ativa e sistemática do conhecimento. A finalidade deve ser a formação humana omnilateral, voltada à emancipação. Sem conteúdo, a luta antirracista corre o risco de virar moralismo. Sem método, pode tornar-se ativismo fragmentado. Sem finalidade emancipadora, pode ser absorvida pela lógica liberal da diversidade sem

transformação social.

Como síntese, os resultados indicam que a pedagogia histórico-crítica não apenas pode dialogar com a educação antirracista, como necessita fazê-lo para manter sua capacidade explicativa diante da realidade brasileira. Uma teoria pedagógica comprometida com a classe trabalhadora precisa reconhecer que essa classe tem cor, território, gênero e história. No Brasil, a classe trabalhadora foi formada sob o peso da escravidão, do colonialismo, da expropriação indígena e da marginalização pós-abolição. Ignorar isso seria produzir uma abstração incapaz de orientar uma pedagogia efetivamente transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu a relação entre racismo na educação brasileira e pedagogia histórico-crítica, partindo da compreensão de que o racismo não é fenômeno lateral, mas determinação constitutiva da formação social do Brasil. A pesquisa respondeu ao problema proposto ao demonstrar que a pedagogia histórico-crítica oferece fundamentos teóricos e metodológicos relevantes para o enfrentamento do racismo institucional na educação, desde que articulada a uma leitura concreta da relação entre raça e classe.

Os objetivos foram alcançados na medida em que se apresentou a questão racial como dimensão histórica da sociedade capitalista brasileira; analisou-se o racismo institucional na educação; discutiu-se a contribuição do materialismo histórico-dialético para a crítica racial; e foram propostas diretrizes para um currículo antirracista histórico-crítico. A análise permitiu compreender que a escola pode reproduzir desigualdades raciais quando silencia a história negra e indígena, naturaliza o fracasso escolar de estudantes racializados ou trata a diversidade de modo superficial. Contudo, também pode contribuir para a transformação social quando garante acesso crítico ao conhecimento elaborado.

A pedagogia histórico-crítica não deve ser lida como teoria indiferente à questão racial. Ao defender a centralidade do conhecimento, da escola pública e da luta pela emancipação humana, ela fornece bases para uma educação antirracista que não se limite à celebração simbólica da diversidade. A questão racial precisa ser incorporada ao currículo como conteúdo estruturante, articulada à história do capitalismo, da escravidão, do colonialismo, da resistência negra e indígena, da legislação educacional e das lutas sociais.

Conclui-se que o enfrentamento do racismo na educação brasileira exige uma política

pedagógica que una rigor teórico, formação docente, revisão curricular e compromisso político com a classe trabalhadora em sua concretude racializada. Não há emancipação humana possível com a permanência do racismo; também não há luta antirracista radical sem enfrentamento das bases materiais da exploração. A pedagogia histórico-crítica, articulada ao materialismo histórico-dialético, pode contribuir decisivamente para essa tarefa.

Como recomendação para estudos futuros, sugere-se investigar experiências curriculares concretas de implementação das Leis n. 10.639 (Brasil, 2003) e n. 11.645 (Brasil, 2008) em escolas públicas, analisando seus limites, avanços e contradições. Também se recomenda aprofundar a produção de materiais didáticos orientados pela pedagogia histórico-crítica, com foco nas relações étnico-raciais, e desenvolver programas de formação continuada para professores que articulem conteúdo científico, prática social e luta antirracista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394/1996, modificada pela Lei n. 10.639/2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03: percursos de formação para o trato com a diferença?** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, 2018.

COLARES, Anselmo Alencar. **História da educação na Amazônia: questões de natureza teórico-metodológicas: críticas e proposições**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 187-202, out. 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo:

Dominus; Edusp, 1965. 2 v.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2017.

FONTE, Sandra Soares Della. Fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica. In: MARSÍGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MALANCHEN, Julia. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A guerra civil nos Estados Unidos (1861-1865)**. Crítica Marxista, n. 45, p. 125-157, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988a.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988b.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ática, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. **Disciplina Pedagogia Histórico-Crítica e Movimentos Sociais**. Texto de apoio para o encontro do dia 30 de novembro de 2011. Tema: Educação e transformação social na escola e nos movimentos populares. Campinas: Unicamp, 2011b. Mimeografado.